

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.937 - SC (2019/0300469-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DERICK WESSLEENN FERNANDES
ADVOGADO : DÉRICK WESSLEENN FERNANDES - PR090339
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : LUIZ FERNANDO ANGELI

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de LUIZ FERNANDO ANGELI contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (HC n. 5037919-22.2019.4.04.0000/SC).

Consta dos autos que o Juízo da 1ª Vara Federal de São Miguel do Oeste recebeu denúncia contra o paciente, pela prática do delito tipificado no art. 90 da Lei n. 8.666/93 (fraude em licitação).

Inconformada, a defesa impetrou o *writ* originário, o qual foi denegado.

No presente *mandamus*, o impetrante alega que a denúncia não narrou o dolo específico; não há nenhum elemento que ligue o paciente ao dolo específico; a ação penal foi iniciada a partir de inquérito instaurado sem a existência de prova nova, após o arquivamento de anterior procedimento investigatório.

Requer, em liminar e no mérito, o trancamento da ação penal.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida. Porém, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

